

COMENTÁRIOS E NOTÍCIAS

O «Dia do Bibliotecário» na Feira do Livro de Lisboa — 1966

Conforme «CADERNOS» noticiaram, realizou-se em 30 de Maio passado, na Feira do Livro de Lisboa, o «Dia do Bibliotecário». O acto teve a assistência de muitos Colegas que foram gentilmente recebidos pela Ex.^{ma} Direcção do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros, tendo-se ainda associado ao mesmo outras individualidades e muito público.

O nosso Colega Dr. Carlos Estorninho proferiu as seguintes palavras, que «Cadernos» se congratulam de publicar:

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE EDITORES, LIVREIROS E BIBLIOTECÁRIOS (A Propósito da Feira do Livro)

I

Desejo, primeiro que tudo, agradecer ao Grémio Nacional dos Editores e Livreiros, na pessoa do seu distinto e dinâmico Presidente, meu Amigo Dr. Borges de Castro, e à Comissão Organizadora da Feira do Livro a gentileza da instituição deste «Dia do Bibliotecário», dedicado à nossa Classe, assim como a honra do convite para virmos visitar este interessante e popular certame.

Assim, a nossa presença aqui, hoje, é, pode dizer-se, «oficial». Devo, porém, acrescentar desde já, que creio que, particular e individualmente, a maioria dos bibliotecários residentes em Lisboa já cá esteve, quer por curiosidade profissional, em ar de passeio, para ver apenas como está a Feira este ano, quer para aproveitar a ocasião para enfeitar em condições mais vantajosas.

Colectivamente, porém, como *corpus* ou colégio, os bibliotecários estão hoje na Feira do Livro sobretudo para, publicamente, se associar e dar todo o seu apoio a esta simpática e importante iniciativa, de tão grande alcance educativo, cultural e social, do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros para a divulgação do livro e para o estímulo do gosto pela leitura, sobretudo entre aquelas pessoas que, habitualmente, por motivos os mais diversos, quase sempre relacionados ou com o seu modo de vida e parco poder aquisitivo, ou com o seu limitado nível de instrução e total ausência de interesse pelas coisas de espírito, não lêem, não compram livros e nunca entraram numa livraria ou biblioteca!

Infelizmente, muitíssimas pessoas há que ainda não sabem que precisam de livros, porque ignoram que os livros lhes podem fornecer algo de bom, que os livros constituem o melhor meio de auto-educação e de auto-realização, e que através da leitura se alcança o avanço económico e uma melhor condição social.

A Feira, trazendo todos os anos o livro para a rua, para o atirar ostensivamente aos olhos do povo, nas suas vistosas e funcionais barracas, num dos locais mais aprazíveis e bonitos, e, ao mesmo tempo, dos mais concorridos e centrais desta nossa Lisboa — como é esta frondosa e formosa Avenida da Liberdade — precisamente na mais linda época do ano, quando a Primavera se despede com as suas flores e o Verão chega com os seus calores, em que as tardes são longas, luminosas e calmosas e as noites cálidas, serenas e agradáveis — como ia dizendo, a Feira, trazendo o livro para a rua, é assim, olhada pelo grande público como uma das mais válidas e importantes manifestações da existência, vitalidade e utilidade do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros, aquela que mais directamente o toca e o serve.

Para nós, bibliotecários, que conhecemos a sua acção, o Grémio é muito mais do que a Feira. Sabemos quanto ele tem feito para a regulamentação e disciplina, valorização e expansão da indústria e do comércio do livro, através dos seus 800 agremiados, números redondos, que exercem a sua actividade tanto na Metrópole como no Ultramar.

É-nos sumamente agradável poder afirmar que, graças a este Grémio, o livro português é, hoje, dum modo geral, de excelente e agradável apresentação gráfica, com as suas capas atraentes e evoluídas. Onde quer que apareça, o nosso livro não nos envergonha, antes pelo contrário. Apenas, talvez, teremos, por vezes, que fazer algum reparo quanto à qualidade do papel, que nem sempre corresponde nem ao valor intrínseco da obra, nem à sua boa apresentação.

Quanto ao seu preço, pode considerar-se barato, tendo em atenção a tiragem e as condições do mercado.

Contudo, mesmo assim, devido ao baixo nível de vida da quase totalidade do nosso povo, à crescente carestia de outras necessidades vitais mais prementes e imediatas para a sobrevivência, como a alimentação, a habitação, o vestuário, etc., mesmo pondo de lado a massa dos analfabetos, infelizmente, a grande maioria da nossa população dita alfabetizada não adquire, nem nunca adquiriu, um único livro em toda a sua vida.

É precisamente contra este facto que o Grémio procura reagir, sendo as Feiras do Livro na capital e na província a sua principal forma de campanha e propaganda contra este estado de coisas.

Segundo me parece, entre nós não se colhem elementos estatísticos sobre o volume e o valor quer da actividade editorial, quer do comércio do livro.

Nas Estatísticas referentes ao ano de 1963, porém, encontrei uma rubrica que, de certa forma, nos pode fornecer uma indicação geral sobre a actividade das editoras. Segundo ela as «tipografias, editoriais e indústrias anexas» abrangiam, naquele ano, 534 Sociedades no país, com o capital de 99 400 contos, empregando 17 850 pessoas ao seu serviço.

O seu volume de negócios foi de um milhão e 130 contos. Seria interessante conhecer qual é a parte que cabe às editoriais nesta rubrica tão geral.

Por outro lado, sabemos que, em 1965, adquiriu a Fundação Gulbenkian, para as suas 159 Bibliotecas itinerantes e fixas, cerca de 260 mil volumes, no valor aproximado de 6 mil contos. Isto já é concreto: revela a grande contribuição que a Fundação está a fazer dum modo directo e prático, quer para a causa da educação e cultura do povo, facultando-lhe o livre e gratuito acesso a livro, quer reflexamente, para a prosperidade e progresso das indústrias e comércio referentes à produção e venda de livros.

(A talhe de foice, acrescentarei que o total de obras requisitadas para leitura domiciliária nessas bibliotecas da Gulbenkian, em 1966, foi de cerca de 4 milhões e meio, sendo de 275 mil o número de leitores inscritos).

II

As actividades ligadas com a produção e o comércio de livros são consideradas, em toda a parte, como sendo de interesse e importância nacional, pela sua contribuição e relação directa, quer à instrução e educação do povo, quer ao desenvolvimento cultural e cívico, científico e técnico, social e económico da nação.

Por isso, são devidamente protegidas e acarinhadas não só para o seu progresso e uma maior expansão interna, mas também para elemento de prestígio e de influência do país, no seu comércio externo.

Como exemplo deste incentivo por parte do Estado, citarei o que sucede na Inglaterra, onde, em 1964, as suas 1100 editoras publicaram nada menos do que 26 154 títulos. Se atribuirmos a cada título a média, aliás conservadora, duma tiragem de 10 mil exemplares, teremos que o total de livros produzidos ali em apenas doze meses foi de 261 milhões e meio.

O valor desta fantástica produção atingiu, números redondos, cem milhões de libras (oito milhões de contos) dos quais 45% proveio da sua exportação.

Este é um caso para o qual, nas devidas proporções embora e dentro das óbvias e naturais limitações e possibilidades da nossa produção livreira, ousou chamar a atenção deste Grémio, pois que creio que sobretudo nas nossas Províncias Ultramarinas, nas numerosas comunidades de emigrantes portugueses espalhados pelo mundo, em razoáveis condições de vida económica, e no Brasil existem boas oportunidades para a colocação e expansão do livro português. Teremos que agir bem e depressa, pois que esses mercados, incluindo a própria Metrópole, estão a ser hábilmente explorados e aproveitados pelo ubíquo livro brasileiro.

Já agora, não deixaria também de ser interessante que o Grémio Nacional dos Editores e Livreiros, que com tanta galhardia e êxito, vem pugnando e zelando pelos interesses, actividades e dignificação da classe, possa, num futuro próximo, obter os meios necessários para se debruçar sobre os problemas relacionados com a valorização profissional dos servidores dos seus associados, isto é, dos dedicados e simpáticos empregados das editoras e das livrarias, através duma obra educativa e cultural de evidente proveito e utilidade directa para todos — os empregados, os patrões e o público. Refiro-me à criação de pequenos cursos ou séries de palestras e conferências sobre literatura, bibliografia, etc. e de lições práticas de línguas estrangeiras, como o francês, inglês, etc., Aqui fica o alvitre.

III

Sobre a importância e o valor — quaisquer que sejam os aspectos por que os encaremos ou consideremos — do livro e da leitura, nada direi, pois que, de certa maneira, isto corresponderia, perante um tal auditório, a pretender «ensinar o Padre Nosso ao Vigário», usando uma saborosa e expressiva frase popular.

Irei, por isso, após ter produzido algumas despretenciosas considerações sobre o livro português e a actividade dos nossos editores e livreiros, fazer umas breves observações a nosso próprio respeito, a respeito dos bibliotecários profissionais.

Principiarei, por dizer que o bibliotecário é, ainda, tido e considerado geralmente, sob os mais diversos e díspares prismas. Há quem o tenha por educador ou co-educador; ou por simples empregado, encarregado de emprestar livros; ou ainda, no dizer chistoso de Ortega y Gasset, por um «Dómine encarregado de fazer ler os outros»; ou então, com certo tique

desdenhoso, por rato de biblioteca, ou traça, perdido entre montões de livros e papéis; e, finalmente, por pobre anacoreta, alheio em absoluto às palpações da vida que se agita fora de portas.

É natural que, na nossa classe, ainda haja todos estes tipos curiosos e que, de certa forma, cada um de nós seja, de facto, um pouco disto tudo.

Nós bibliotecários modernos somos, sim, administradores de colecções de livros. Ao lado da nossa actividade técnica de reunir, acumular, conservar e classificar livros e outros meios de comunicação de ideias, do saber e da imaginação e de os tornar prontamente acessíveis a quem deles venha a necessitar, está a nossa mais importante função social de elo de ligação entre a procura potencial e a oferta real, entre o leitor e o livro, entre o conhecimento, a experiência, o saber, as emoções, o divertimento ou o simples passatempo contidos no material por nós administrado e à nossa guarda, e as necessidades educativas, culturais, informativas, espirituais, profissionais e recreativas, etc., da comunidade que servimos.

Compete-nos despertar e estimular cada vez mais a procura, a utilização dos livros da nossa biblioteca, fazer com que eles sejam lidos em ritmo crescente; é nossa tarefa consciencializar a comunidade da existência da biblioteca, chamar a atenção para o seu recheio, para os serviços que ela põe à disposição de todos, aumentar permanentemente o interesse pela sua existência, quer expandindo cada vez mais os seus préstimos e utilidade com o acréscimo constante de novos livros, quer tornando o seu ambiente mais simpático e acolhedor, mais agradável e cómodo.

A nossa missão é, pois, a de facultar e de facilitar a todos o material necessário para o estudo e investigação, para a valorização social e profissional, para o aproveitamento agradável do lazer, para o divertimento.

O Bibliotecário é, assim, o grande promotor e incentivador do acesso ao livro e, através dele, à educação e à cultura — um dos direitos básicos do homem moderno. Sem este acesso ao livro não há nem erudição nem investigação, nem tão pouco qualquer progresso educativo e cultural, científico e tecnológico, cívico e social, moral e espiritual.

O Bibliotecário, provocando e encorajando o gosto, o hábito e a exigência de leitura, é, juntamente com o professor, o maior responsável pela prosperidade e expansão da indústria e do comércio do livro. Por isso, onde quer que existem boas bibliotecas e bons bibliotecários, se verifica um notável desenvolvimento, elevação do nível educativo e cultural das respectivas comunidades e, consequentemente, um florescimento mais acentuado na actividade das editoras e das livrarias.

A essência do bibliotecário profissional está, não tanto no seu diploma, mas na distinta e viva concepção do ideal da sua missão, na sua consciência do serviço devido ao leitor e da sua função social na comunidade; está, sim, mais no seu sentido de nível da sua profissão, em relação ao padrão do trabalho que lhe é exigido.

Além da preparação técnica e cultura geral, o bibliotecário profissional deve ter tino administrativo, que não se confunde nem com a imposição de estrita disciplina, nem com a aderência cega aos regulamentos e tradição.

O bibliotecário moderno é um extrovertido culto, com um geito especial para atrair a comunidade para os recursos da sua biblioteca. Move-se, por isso, em todas as esferas, procurando criar amistosas relações entre a sua biblioteca e os indivíduos e grupos profissionais e sociais. Participando activa e plenamente na vida cultural, académica e social da Comunidade, o bibliotecário moderno existe e afirma-se no cumprimento duma delicada e importante missão — a de fazer ler, a de promover a máxima utilização, em condições ideais, do material que administra.

Para terminar, falta-me apenas pôr em relevo, em brevíssimas palavras, as afinidades e simpatias mútuas que existem em todo o mundo entre escritores, bibliotecários, editores e livreiros. O livro é o grande denominador comum que a todos nos une numa solidariedade fraternal.

Nutrimos uns pelos outros uma instintiva e natural amizade. Disfrutamos todos, do prestígio próprio a tudo quanto se acha ligado à cultura, ao saber, ao livro, às coisas de espírito. (Por isso há quem julgue que somos só espíritos, desprendidos dos bens materiais da vida, encarando a nossa actividade como sacerdócio... com uma remuneração quase simbólica, para a não considerar vexatória). Navegamos todos na mesma barca num vasto oceano, ora em maré de rosas, ora açoitado por bruscas e violentas tempestades. Mas conservamo-nos unidos e solidários sempre, em tudo e em todas as horas — nas boas como nas más.

Por isso, nós, bibliotecários, não só nos congratulamos mas também partilhamos do grande êxito desta Feira do Livro e viemos aqui trazer com o nosso abraço as melhores suadações e felicitações ao Grémio Nacional dos Editores e Livreiros por esta felicíssima e oportuna realização.

Abertura ao público da Biblioteca da Junta Distrital de Lisboa

No dia 11 de Julho, conforme os jornais anunciaram, foi aberta ao público a Biblioteca da Junta Distrital de Lisboa. Com um total de 5 000 obras que abrangiam especialmente os campos da História da cidade de Lisboa e da Filologia, alargou o seu âmbito, aquando da abertura, no intuito de facultar a estudantes liceais e das escolas técnicas a consulta de manuais, livros de referência e obras literárias ao seu nível. Embora não estivesse dentro das atribuições da Junta a manutenção e funcionamento de bibliotecas, a direcção achou por bem tomar esta decisão pensando que a sua biblioteca podia ser útil ao público em geral e especialmente aos estudantes dos vários estabelecimentos de ensino que existem nas redondezas (Liceu Camões, Escola António Arroio, etc.).

Segundo informações fornecidas amavelmente pela Dr.^a Micaela Ramos, encarregada da Biblioteca, nas novas instalações que serão uma realidade dentro de pouco tempo, está prevista, além da sala de leitura geral e de uma sala de estudo para estudantes, uma sala destinada a leitura de crianças, em ligação com os Serviços Materno-Infantis que a Junta mantém.

A biblioteca funciona na sede da J. D. L., na rua Pascoal de Melo, 25, e tem o seguinte horário: das 9,30 às 18,30, sem interrupção, e aos sábados das 9,30 às 13 h.

ISABEL VILARES CEPEDA

Tribunais, bibliotecas... e bibliotecários

Por ocasião da recente inauguração do novo edifício destinado ao Tribunal de Ovar, o Dr. Agostinho de Castro Monteiro, Delegado do Procurador da República na referida comarca, proferiu algumas afirmações que, no momento actual, têm a maior relevância e interesse.

Assim, depois de salientar a necessidade de criar junto de cada tribunal «uma razoável biblioteca jurídica», o orador alvitrou «a criação de um serviço-central desempenhado por pessoas qualificadas que, começando por reunir cópia dos inventários de todas as bibliotecas

dos tribunais do país, elaborasse um estudo a ser submetido a aprovação superior, sobre quais as obras — e não só livros como até revistas e mesmo publicações de fichas de legislação e jurisprudência de reconhecido mérito, cuja existência nas bibliotecas dos tribunais se impusesse...»

Se bem entendemos, preconiza-se um amplo e eficiente apoio de informação que possibilite aos tribunais e repartições dependentes do Ministério da Justiça a actualização nos sectores da Jurisprudência e Legislação... — Frisa — e muito bem — que os serviços inerentes deverão estar a cargo de «pessoas qualificadas».

Como infelizmente a experiência nos tem ensinado a recluir todas as interpretações dadas (até oficialmente) ao termo bibliotecário e arquivista e constatar a inconsciência com que são planificados e estruturados em Portugal os problemas relativos a bibliotecas e arquivos, parece-nos oportuno chamar a atenção dos responsáveis para o problema agora suscitado em Ovar.

As «pessoas qualificadas» para intervirem na solução do problema e montagem dos serviços serão os bibliotecários-arquivistas e não curiosos e amadores que trágicamente abundam em muitas bibliotecas... No estado presente das questões, pouco ou nada as bibliotecas podem corresponder.

As causas tantas vezes diagnosticadas nos relatórios dos directamente responsáveis, nos Encontros já realizados — testemunho de uma classe que sabe o que quer — nas páginas dos «Cadernos», são demasiado conhecidas.

Urge que os responsáveis ao mais alto nível atentem no actual panorama das bibliotecas e arquivos portugueses e nas carências que impossibilitam o funcionamento capaz de satisfazer os utilizadores. Urge a estrutura e planificação de conjunto e não soluções parcelares e de ocasião.

Lembremos que sem profissionais conscientes não pode haver bibliotecas válidas e que para as haver, de acordo com as necessidades de momento é fundamental a resolução de todas as «discrepâncias» acerca da situação material dos bibliotecários e arquivistas portugueses.

Centro de Documentação Económica de Moçambique

Junto da Comissão Técnica de Planeamento e Integração Económica (Prédio Náuticos, Sanda, Lourenço Marques) está a ser montado o Centro de Documentação Económica de Moçambique. Foi encarregado desse trabalho, em comissão de serviço, o Dr. Manuel Artur Norton, do Centro de Documentação Técnica de Moçambique.

Permuta de «Cadernos»

Adentro de uma política de expansão e valorização dos nossos conhecimentos técnicos, «Cadernos» propuseram já a várias Instituições estrangeiras a permuta com publicações congéneres. Esperamos, assim, ter em breve um núcleo razoável de publicações que possam servir aos colegas que assim o desejarem.

Damos abaixo a lista das Instituições a quem a permuta foi proposta, indicando-se as que já nos responderam. Aguardamos que os colegas nos sugiram nomes de outras Instituições que por ventura não constem desta lista:

American Documentation Institute; American Library Association; ASLIB; Asociación Latinoamericana de Escuelas y Profesores de Bibliotecología; Asociación Nacional de

Bibliotecarios, Archiveros y Arqueólogos; Association des Bibliothécaires Français; Association des Bibliothécaires Suisses; Association of College and Research Libraries; Association des Conservateurs d'Archives, de Bibliothèques et de Musées de Belgique; Associazione Italiana di Biblioteche; The Bibliographical Society; Bibliographical Society of America; Bodleian Library; FEBAB; Direction des Bibliothèques de France; Cambridge Bibliographical Society; Canadian Library Association; Catholic Library Association; Centro de Estudos Bibliotecológicos; The Library Association of Ireland; Edinburg Bibliographical Society; Egyptian Library Association; Ente Nazionale per le Biblioteche Popolari e Scolastiche; Fédération Internationale de Documentation; I. B. B. D.; Indian Library Association; International Federation of Library Associations; Jamaica Library Association; Japan Library Association; The Lebanese Library Association; The Library Association; The Library Association of Australia; Library Association of Syngapore; National Book League; New Zealand Library Association; Oxford Bibliographical Society; Pakistan Bibliographical Working Group; Pakistan Library Association; School Library Association; Society for The Bibliography of Natural History; Society of Indexers; South African Library Association; Special Libraries Association; UNESCO; Verein Deutscher Bibliotheken; West African Library Association; Zentralinstitut für Information und Dokumentation.

Até à data aceitaram a permuta, tendo-nos enviado alguns números as seguintes Instituições:

ASLIB; Asociación Nacional de Bibliotecarios, Archiveros y Arqueólogos; Association of College and Research Libraires; Bodleian Library; FEBAB; Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação; Zentralinstitut für Information und Dokumentation.

NOTÍCIAS VÁRIAS

* No dia 27 de Maio realizou-se na Sociedade de Geografia de Lisboa uma reunião de bibliotecários-arquivistas e documentalistas com o objectivo de se estudarem alguns problemas relativos à fundação da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Nessa reunião ficou decidido constituir-se uma comissão para elaborar o projecto de estatutos. Já posteriormente, em 4 de Julho seguinte, realizou-se nova reunião no mesmo local e com o mesmo fim.

* O Instituto Nacional de Investigação Industrial, por intermédio do seu Centro de Documentação e Informação, realizou junto dos organismos oficiais e empresas particulares um inquérito pormenorizado com vista à publicação dum *Guia das Fontes Nacionais de Informação Científico-Técnica*.

* O emissor de Lisboa 2 da Emissora Nacional transmitiu uma série de 6 palestras do nosso Colega Dr. Jorge Peixoto subordinadas ao tema «História do livro em Portugal».

* O Gabinete de Estudos de Produtividade Administrativa do Ministério da Economia e o Núcleo de Organização e Métodos do Ministério das Obras Públicas levaram a efeito na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com o patrocínio do Instituto Nacional de Investigação Industrial, o 1.º Curso de Formação em Produtividade Administrativa.

O referido curso, que se realizou de 18 de Abril a fins de Junho de 1966, incluiu entre os assuntos versados o tema «Documentos e Produtividade Administrativa», de que foi monitor o Bibliotecário-Arquivista Dr. Mário Alberto Nunes Costa.

Damos a seguir o sumário das respectivas lições:

SUMÁRIO

- 1 — *Administração Pública, Comunicações e Documentos*
 - 1.1 — Para um conceito de Administração Pública
 - 1.2 — De um conceito de Administração Pública aos documentos
 - 1.3 — Os documentos, seus caracteres e sua descrição

- 2 — *Arquivos Administrativos e Produtividade*
 - 2.1 — Generalidades
 - 2.2 — Para definições básicas
 - 2.2.1 — Considerações preliminares
 - 2.2.2 — Noção de arquivo
 - 2.2.3 — Arquivos, bibliotecas e museus
 - 2.2.4 — Documentos de arquivo e unidades arquivísticas
 - 2.3 — A função arquivo na Administração Pública
 - 2.3.1 — Objectivos e dimensão
 - 2.3.2 — Organização da função
 - 2.3.2.1 — Arquivos correntes
 - 2.3.2.1.1 — Registo e controle de documentos
 - 2.3.2.1.2 — Organização dos documentos
 - 2.3.2.1.2.1 — Princípios
 - 2.3.2.1.2.2 — Arranjo arquivístico
 - 2.3.2.1.2.2.1 — Classificação e ordenação
 - 2.3.2.1.2.2.2 — Métodos de arranjo
 - 2.3.2.1.2.2.3 — Descrição e indexação arquivísticas
 - 2.3.2.1.2.3 — Transferência, desafecção, alienação e eliminação de documentos
 - 2.3.2.1.3.1 — Volume crescente da produção
 - 2.3.2.1.3.2 — Acção a desenvolver
 - 2.3.2.1.3.2.1 — Inquéritos e estudos complementares
 - 2.3.2.1.3.2.2 — Projectos de solução e sua concretização
 - 2.3.2.1.3.2.3 — Decisão e seus pressupostos
 - 2.3.2.2 — Arquivos de transição
 - 2.3.2.3 — Arquivos históricos
 - 2.3.3 — Controle da função arquivo.

- 3 — *Documentação e Produtividade Administrativa*
 - 3.1 — Definição de Documentação
 - 3.2 — Quem, onde e como se faz Documentação
 - 3.3 — Documentação e produtividade.

* Foram já publicadas as normas provisórias portuguesas P-492 (1965) — *Microcópias. Escalas para microfílm de 35 mm*; e P-493 (1965) — *Microcópias em suportes transparentes. Dimensões dos suportes*.

* Em 18 do passado mês de Junho, os bibliotecários e arquivistas de Coimbra dirigiram aos Senhores Presidente do Conselho e Ministro das Finanças dois telegramas por motivo da então prevista remodelação de vencimentos, solicitando nos mesmos a sua equiparação a técnicos do Estado.

MOVIMENTO BIBLIOTECÁRIO

* Licenciada Alzira Soares Teixeira Leite — exonerada, a seu pedido, do lugar de terceiro-conservador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 122, 24-Maio-1966).

* Licenciado António Neves Correia de Sá Portocarrero, segundo-bibliotecário da biblioteca da Faculdade de Economia da Universidade do Porto — rescindido, a seu pedido, o respectivo contrato, por ter sido provido noutra lugar. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 128, 1-Junho-1966).

* Licenciada Rosalina da Conceição Pereira Lopes, segunda-bibliotecária da Biblioteca Nacional de Lisboa — colocada, a partir de 15 de Junho, na situação de licença ilimitada. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 133, 7-Junho-1966).

* Foi nomeado director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo o Dr. José Pereira da Costa, que anteriormente exercia as funções de Director do Arquivo Distrital do Funchal.

LUGARES QUE FORAM POSTOS A CONCURSO

* Pelos Serviços de Inspecção das Bibliotecas e Arquivos foi publicado o seguinte aviso:
«São avisados os segundos-bibliotecários e os segundos-conservadores do quadro único a que se refere o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965, bem como os terceiros-bibliotecários e os terceiros-conservadores do mesmo quadro com mais de três anos de serviço na categoria, de que podem requerer, nos termos do citado artigo 15.º e do artigo 16.º do mesmo diploma, o seu provimento nos seguintes lugares que se encontram vagos:

De segundo-bibliotecário:

Um lugar na Biblioteca Nacional de Lisboa.

De segundo-conservador:

Um lugar no Arquivo Distrital do Funchal.

Os requerimentos deverão dar entrada nesta Direcção-Geral no prazo de 30 dias, a contar da publicação do presente aviso no *Diário do Governo*, acompanhados dos seguintes documentos:

- 1.º Declaração a que se refere o Decreto-Lei n.º 27 003, de 14 de Setembro de 1936;
- 2.º Bilhete de identidade;

- 3.º Curriculum vitae documentado, referindo todos os elementos, que permitam a formação de um juízo sobre as aptidões profissionais do candidato, em especial as habilitações literárias e científicas, e arquivos em que tenha servido e a qualidade do respectivo serviço, os estudos ou trabalhos técnicos que tenha publicado ou realizado.

Os candidatos que concorrerem a mais de um lugar devem declarar no requerimento a ordem de preferência.

Serão excluídos, sem outro aviso, os candidatos que não apresentarem, em perfeita ordem, dentro do prazo fixado, a documentação exigida». (*Diário do Governo*, II Série, n.º 135, 11-Junho-1966).

* Pela Reitoria da Universidade do Porto foi publicado o seguinte edital:

«Doutor Armando de Vasconcelos Laroze Rocha, professor catedrático da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto e vice-reitor da mesma Universidade:

Faço saber que, perante esta reitoria e nos termos do artigo 1.º do Decreto com força de lei n.º 20 469, de 3 de Novembro de 1931, e do § 1.º do artigo 6.º do Decreto com força de lei n.º 22 014, de 21 de Dezembro de 1932, é aberto concurso, entre os diplomados com o curso de bibliotecário-arquivista, pelo prazo de 30 dias, contados desde o dia imediato à publicação do presente edital no *Diário do Governo*, para provimento do lugar de segundo-bibliotecário da Biblioteca da Faculdade de Economia, devendo os candidatos instruir os seus requerimentos, que serão entregues na secretaria da Universidade, com os seguintes documentos:

- 1.º Certidão de registo de nascimento;
- 2.º Bilhete de identidade ou pública-forma;
- 3.º Documento comprovativo da posse do curso de bibliotecário-arquivista e da respectiva classificação final;
- 4.º Certificado do registo criminal;
- 5.º Atestado e certificado referidos no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 40 365;
- 6.º Documento comprovativo de terem cumprido a Lei do Recrutamento e Serviço Militar;
- 7.º Declaração a que se refere o Decreto-Lei n.º 27 003, de 14 de Setembro de 1936;
- 8.º Declaração a que se refere a Lei n.º 1901, de 21 de Maio de 1935.

Os concorrentes poderão apresentar documentos comprovativos de outras habilitações literárias ou científicas ou de bons serviços prestados nas bibliotecas e arquivos do Estado ou das corporações administrativas.

Os concorrentes deverão apresentar dentro do prazo do concurso todos os documentos em ordem, sendo excluídos, sem outro aviso, os que o não fizerem». (*Diário do Governo*, II Série, n.º 140, 18-Junho-1966).